



Número: **0829163-82.2018.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **07/06/2018**

Valor da causa: **R\$ 4.725,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ROSINEIDE CARNEIRO DE ARAUJO (AUTOR)		ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (RÉU)		JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
14703035	07/06/2018 15:03	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
14703073	07/06/2018 15:03	<a href="#">MIGUEL ARAUJO BATISTA</a>	Outros Documentos
14703082	07/06/2018 15:03	<a href="#">MIGUEL ARAUJO BATISTA1</a>	Outros Documentos
14709932	08/06/2018 08:49	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
15677579	01/08/2018 13:51	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
16802863	26/09/2018 15:19	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
22927337	23/07/2019 15:48	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
23430983	12/08/2019 16:09	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
23431251	12/08/2019 16:09	<a href="#">Requerimento 21-11-19 Copy</a>	Outros Documentos
23431268	12/08/2019 16:10	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
26623686	28/11/2019 14:22	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
26623694	28/11/2019 14:22	<a href="#">laudo dr Rosana - 0829163-82.2018</a>	Laudo Pericial
26946017	10/12/2019 16:59	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
26946405	10/12/2019 17:06	<a href="#">Carta</a>	Carta
27369403	09/01/2020 15:25	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
27369405	09/01/2020 15:25	<a href="#">Envelope 0829163-82.2018.8.15.2001</a>	Aviso de Recebimento
27374344	09/01/2020 17:33	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
27374654	09/01/2020 17:35	<a href="#">Carta</a>	Carta
27519379	17/01/2020 10:03	<a href="#">Certidão</a>	Certidão

27519 384	17/01/2020 10:03	<a href="#">AR 0829163-82.2018.8.15.2001</a>	Aviso de Recebimento
--------------	------------------	----------------------------------------------	----------------------

anexo





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
\_\_\_\_VARA CÍVEL DA CAPITAL/PB.

**JUSTIÇA GRATUITA**

**ROSENEIDE CARNEIRO DE ARAUJO**, brasileira, solteira, inscrita no RG sob o nº 8330412 SSDS/PB e CPF de n.º 087.367.834-63, residente e domiciliada na Rua Vila Nova, Caldas Brandão/PB, representando seu filho menor MIGUEL ARAUJO BATISTA, inscrito no RG sob o nº 4685876 SSDS/PB e CPF de nº 711.191.444-93 por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço à rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, sala 4, Mangabeira, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

Em face da **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S.A** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.055.146/0001-93, que poderá ser citada no Parque Sólon de Lucena, nº 641, Centro, CEP 58013-131, João Pessoa – PB, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante:





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

## **1) PRELIMINARMENTE - DA JUSTIÇA GRATUITA**

O promovente não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Com fulcro na Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), requer o Benefício da Justiça Gratuita.

Não obstante o promovente está sendo representado em juízo por advogado particular, esse fato não inibe o deferimento do pleito acima requerido, nesse sentido brilhante é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, através da Súmula nº 29, que transcrevemos *in verbis*:

**“Súmula 29. Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública. (PUB DJ 29/310598)”.**

### **1.2 – DO FORO**

As vítimas de acidentes de trânsito agora podem optar por acionar judicialmente a seguradora para pedir a indenização do seguro Dpvat de acordo com a cidade em que for mais conveniente. Segundo decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a competência para decidir sobre o caso pode ser **DA JUSTIÇA DO LOCAL DO ACIDENTE, DA CIDADE ONDE MORA O REQUERENTE OU DE ONDE MORA O RÉU.**

A recentíssima Súmula 540 do STJ assenta que *"Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu"*

**Ementa**  
**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL**  
**REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC.**  
**AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS. SEGURO**  
**OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR**





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

**VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES - DPVAT. DEMANDA DE NATUREZA PESSOAL. FACULDADE DO AUTOR NA ESCOLHA DO FORO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO. FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU. ART. 94, CAPUT, DO CPC. LOCAL DO ACIDENTE OU DE SEU DOMICÍLIO. ART. 100, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. 1. Para fins do art. 543-C do CPC: Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente ou o do seu domicílio (parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo Diploma). 2. No caso concreto, recurso especial provido. Processo nº REsp 1357813**

## **2) DOS FATOS**

MIGUEL ARAUJO BATISTA é vítima de acidente automobilístico ocorrido em **17/01/2017**, conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

Por ocasião do acidente, MIGUEL ARAUJO BATISTA sofreu inúmeras lesões que o deixaram com sequelas irreversíveis. Os documentos médicos acostados comprovam que houve fratura de ossos da perna direita, **que o deixou com permanente debilidade em todo o membro afetado**, o que o torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT), sendo passível de receber indenização integral, qual seja, o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), pois sente dificuldades em exercer suas atividades normais do dia a dia.

**O demandante, ao ingressar com o requerimento na via administrativa, solicitando a liberação do referido seguro, recebeu de uma das seguradoras que fazem parte do complexo de seguradoras denominado FENASEG a quantia de R\$ 4.725,00 em 12/04/2018, conforme documentação acostada.**

Contudo, o valor realmente devido à autora corresponde a uma quantia bem maior do que a que recebera, pois a Lei que regulamenta o pagamento do seguro advindo de acidente automobilístico ordena as seguradoras que efetuem o pagamento na quantia de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Desse modo, facilmente observa-se que o pagamento efetuado pela seguradora à promovente foi feito em um valor bem menor do que era para ser devidamente pago, conforme ficará provado.

### **3) DO DIREITO**

#### **3.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM**

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S.A**

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

**“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)**

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

### **3.2 – DA CARÊNCIA DE AÇÃO – preliminar de ausência de submissão à instância administrativa**

Merece rejeição a preliminar de ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, afim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim. Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de esgotamento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial.

### **3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL**

No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico ESPECIALISTA, PERITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, conforme preconiza a resolução 003/2013, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

### **3.4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO**

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:







Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

**“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)**

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

***“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (destaque nosso).***

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

**“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.**

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

### **3.5 – DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO**





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

**“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:  
- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)”**

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

#### **4) DA POSTULAÇÃO**

**EX POSITIS**, requer a Vossa Excelência:

**a)** ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;

**b)** ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe para condenar a seguradora promovida a pagar **a diferença devida ao promovente** equivalente hoje a perícia médica, corrigido desde a data do evento danoso, conforme súmula 54 do STJ;

**c) a designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do artigo 319, VII, do CPC/2015, já com perito judicial, com intuito de realização de avaliação médica especializada conforme convênio firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;**

**d)** a concessão do benefício da Justiça Gratuita, com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015, por não ter condições de arcar com as





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

despesa e custas processuais, sem sacrifício de sua subsistência e de sua família;

**e)** ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20% (vinte), sobre o valor da causa, em caso de recurso;

**f)** por fim, requer que todas as citações e intimações sejam feitas em nome dos advogados habilitados na presente demanda, de acordo com procuração anexa, sob pena de nulidade.

Protesta o AUTOR, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 4.725,00.

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 30 de abril de 2018.

**JOSÉ EDUARDO DA SILVA**  
**OAB/PB 12.578**

**ALEXANDRA CESAR DUARTE**  
**OAB/PB 14.438**

**THIAGO YURI DE SOUSA PESSOA**  
**ESTAGIÁRIO**



### QUESITOS

- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 2) Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
- 3) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
- 4) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes) do autor?
- 5) Restou comprovada debilidade permanente devido a lesão sofrida no acidente acometido?
- 6) A lesão sofrida pelo autor afetou a função do membro?

### **ANEXO**

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



## PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO

Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

**BENEFICIÁRIO** MIGUEL ARAUJO BATISTA



**CPF/CNPJ:** 71119144493

*Caixa*

**Posição em 11-04-2018 09:32:05**

Seu pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado. Volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
12/04/2018	R\$ 4.725,00	R\$ 0,00	R\$ 4.725,00

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
04/04/2018	Interrupção de Prazo	
28/03/2018	Aviso de Sinistro	

### ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A 

### COMO PEDIR INDENIZAÇÃO



Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documento Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

### PAGUE SEGURO



Assinado eletronicamente por: ALEXANDRA CESAR DUARTE - 07/06/2018 15:03:47

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18060715031932800000014347843>

Número do documento: 18060715031932800000014347843

## *Duarte e Silva Advogados Associados*

Av. Maria Rosa 58, Marinha, João Pessoa/PB  
(83) 35128500. (83) 987324361. (83) 986602858.

### PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME ROSENEIDE CARNEIRO DE ARAUJO TELEFONE 99303-5405  
98326-1057 (MÃE)  
ESTADO CIVIL Solteira PROFISSÃO Agricultora  
CPF 087.367.834-63 RG 8330412 ENDEREÇO R. Uida  
nova 862 casa

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578, e ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438 com escritório profissional sito à Avenida João Machado 399, sala 01, Centro, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

### GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa, 23 de Abril de 20 17

(OUTORGANTE) ROSENEIDE CARNEIRO DE ARAUJO  
Representado seu filho menor (Miguel Araujo)  
BATISTA





**CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 079/2017**

**Natureza da Ocorrência: Preservação de Direito.**

CERTIFICO, em razão do meu Ofício e a Requerimento Verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial, o Livro de Registro de Ocorrências Nº 01/2017 às fls. 079, encontrei a ocorrência 079/2017, cujo teor agora passa a transcrever na íntegra: Aos 10 (Dez), dias do mês de (07) Julho do ano de 2017 (Dois Mil e Dezessete), nesta cidade de Caldas Brandão, Estado da Paraíba, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade da autoridade Policial, o Bel. JOÃO PEREIRA E MELLO JUNIOR, Delegado de Polícia Civil, comigo policial civil do seu cargo e no final assinado, ai pelas 1059min. compareceu: MIGUEL ARAUJO BATISTA, Brasileira, NATURAL DE Santa Rita - PB, Profissão: Estudante, Estado Civil: solteiro, com 16 anos de idade, nascido aos 11.04.2001, filiação: José Antonio Batista e Rosineide Carneiro de Araujo, Instrução: 1º grau incompleto, residente a Rua Vila Nova do Cajá, Sn - Cajá - Caldas Brandão - PB. CIRG: nº não tem - SSP/PB, CPF: não apresentou e noticiou o seguinte:

QUE, em data de Dezessete de Janeiro do corrente ano (17.01.2017 14h30), por volta das 14h30min. segundo relato em Boletim da Polícia Rodoviária Federal/PB, Protocolo nº 17008823B01, um Caminhão VW/16.170, placa MNB4409/PB, chassi nº9BWYTAGF2V RB02812, transitava normal pela Rodovia BR 230, KM 82,7, o caminhão mencionado, apresentou problemas mecânicos, tendo o condutor parado o mesmo, cujo passou a descer de marcha-ré, capotando, atingindo duas residências, causando ferimentos em duas pessoas, sendo uma delas MIGUEL ARAUJO BATISTA, socorrida por uma ambulância do Samu para o COMPLEXO HOSPITALAR GOVERNADOR TARCISIO BURITY DE MANGABEIRA - JOÃO PESSOA PB, onde recebeu cuidados médicos, CONFORME CERTIDÃO Nº 0254/2017, do Complexo citado. Requer providencias.

Era o que continha dita ocorrência. O referido é verdade, dou fé. Ciente o (a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 (Falsidade Ideológica) do Código Penal Brasileiro\*, depois de lido e achado conforme, expeço a presente Certidão. Dado e passado nesta cidade de Caldas Brandão/PB.

Declarante:

*Rosineide Carneiro de Araujo*  
MIGUEL ARAUJO BATISTA

Escrivão:

*Pedro Domingos dos Santos*  
Pedro Domingos dos Santos  
Escrivão da Polícia Civil  
Matrícula: 070.546-2

\*Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Delegacia de Polícia Civil Municipal da cidade de Cajá/Caldas Brandão - PB  
Situada à Rua José Alípio da Santana, S/N - Cajá - Caldas Brandão - PB.

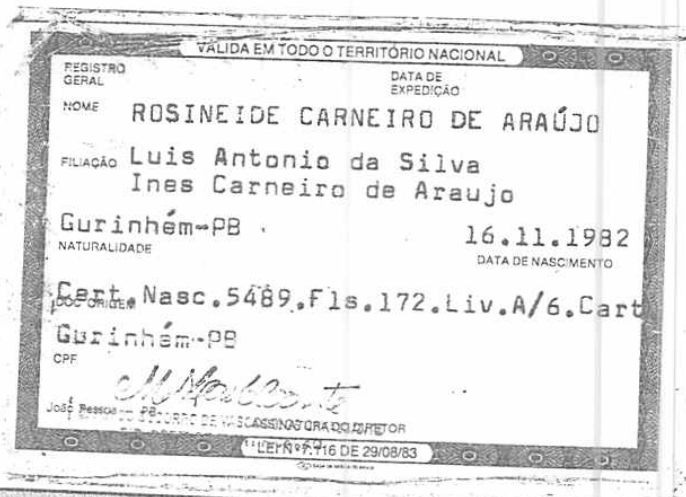






VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	4.685.876
DATA DE EXPEDIÇÃO	27/11/2017
NOME	MIGUEL ARAUJO BATISTA
FILIAÇÃO	JOSE ANTONIO BATISTA ROSINEIDE CARNEIRO DE ARAÚJO
NATURALIDADE	SANTA RITA-PB
DOC ORIGEM	NASC.N.9710 FLS.50V LIV.A 11 CARTORIO CALDAS BRANDÃO-PB
CPF	711.191.444-93
DATA DE NASCIMENTO	11/04/2001
O +	
MARCUS A. S. LACERDA JR. Chefe do Núcleo de Identificação Data: 29/08/2017 Assinatura: [Assinatura]	





JOSE ANTONIO BATISTA  
R.OD. 200, SA. V. NOVA  
CALDAS BRANDAO/PB CEP 58350000 (AG 113)

Emissão: 18/02/2018 Referência: Fev/2018  
Classe/Usuário: RESIDENCIAL - BAIXA RENDIA MONOFASICO  
Roteiro: 10 - 54 - 260 - 1610 NF Medidor: 00000290579



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.  
BR 230, Km. 5 - Canto Redondo - João Pessoa/PB - CEP 53071-680  
CNPJ 04.046.182/0001-43 - INSC. EST. 16.015.423-0

Nota Fiscal e Conta de Energia Elétrica NTX0236-02F  
Cód. para Dib. Automático: 00011908530

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Fev / 2018	16/02/2018	19/03/2018	6273994447
			Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/1190853-0

#### Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002  
- Levou choque no chuveiro? Hora de chamar um electricista de confiança. Não arrisque a fazer sozinho. Dê um banho de segurança.  
- Chame os vizinhos e amigos e entre no "Cordão do mosquito" transmitidor da dengue, Zika e Chikungunya. Ministério da Saúde  
- Governo Federal

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
17/01/18	11777	16/02/18	11874	1	97	30

Demonstrativo									
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa U	Valor Base Calc.	Alq.	Unid.(R\$)	Base Calc.	Por.(R\$)	Colado(R\$)
				Tributos Total(R\$)	ICMS(R\$)	ICMS	Por.(R\$)	(1,1288%)	(0,1044%)
0801	Consumo até 30kWh-BR	30,000	0,48830	14,65	1,40	25	1,85	1,40	0,08
0801	Consumo - 31 a 100kWh-BR	87,000	0,423130	36,85	28,15	25	7,08	28,35	0,52
0810	Subsídio			34,11	34,11	25	9,53	34,11	0,98
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0804	JUROS DE MORA 12/2017			0,38	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 12/2017			0,85	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 12/2017			0,06	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0806	Devolução Subsídio			-23,43	0,00	0	0,00	0,00	0,00

CCI Código de Classificação do item TOTAL 47,72 69,86 17,46 58,86 0,76 3,63

Média últimos meses (kWh) 107  
**VENCIMENTO 23/02/2018**  
**TOTAL A PAGAR R\$ 47,72**

#### Histórico de Consumo (kWh)

112	147	140	120	121	86	91	97	98	97	87	90
Fev/17	Mar/17	Abr/17	Maio/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18

#### RESERVAÇÃO AO FISCAL

a12b.a433.8650.33b2.e463.71dc.44a8.3c1b.

#### Indicadores de Qualidade 12/2017 - RABAIANA

Limites da ANEEL		Apurado	Limite de Tensão (V)		Discriminação	Valor (R\$)	%	
DIC MENSAL	8,47	0,00	NOMINAL	220	Serviços de Dist. da Energia a PB	9,41	19,72	
DIC TRIMESTRAL	12,94				Compra de Energia	1,11	2,32	
DIC ANUAL	25,89				Serviço de Transmissão	1,44	3,02	
FIC MENSAL	3,48	0,00	CONTRATADA	202	Encargos Setoriais	2,80	5,45	
FIC TRIMESTRAL	6,97				Impostos Diretos e Encargos	23,16	48,53	
FIC ANUAL	13,95				Outros Serviços	0,00	0,00	
DMC	3,80	0,00	LIMITE SUPERIOR 231		<b>Total</b>	<b>47,72</b>	<b>100,00</b>	
DICRI	12,22				Valor do EUSD (Ref. 12/2017) R\$ 11,38			

#### ATENÇÃO

- REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) acima relacionada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 03/03/2018. Conforme Resolução 414 da ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possibilidade da devida suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere esta mensagem.  
- Fatura sujeita a inclusão em regime de proteção ao crédito no caso de inadimplimento.  
- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$23,43.

**Faturas em atraso**  
**Jan/18 45 10**

ENERGISA PARAIBA  
Roteiro: 10 - 54 - 260 - 1610  
Matrícula: 1190853-2018-02-6

**VENCIMENTO 23/02/2018**  
**TOTAL A PAGAR R\$ 47,72**

83620000000-5 47720054000-3 11908532018-0 02600054019-0



Assinado eletronicamente por: ALEXANDRA CESAR DUARTE - 07/06/2018 15:03:47

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18060715031932800000014347843

Número do documento: 18060715031932800000014347843



PREFEITURA MUNICIPAL DE GURINHÉM  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
SERVIÇO MUNICIPAL DE AMBULÂNCIA



FICHA DE ATENDIMENTO A OCORRÊNCIAS DA AMBULÂNCIA MUNICIPAL

INFORMAÇÕES DO ATENDIMENTO E PACIENTE

Data:	Horário:	Local da ocorrência:	
17/01/2017	14:30	Vila Nova	
Paciente:		Rua:	
Miguel Araújo Batista		Vila Nova - Pólos Brandão	
Nome da mãe:		Bairro:	
Rosimide Palmira Araújo		Pólos	
Idade:	Data de Nascimento	Sexo:	CNS:
15 anos	11-04-01	M	86409603372000
Tel. Contato:			
PA:	Temperatura:	FC:	FR:
110x80	—	64 bpm	18 IRPM
Pupilas:			
<input checked="" type="checkbox"/> reativas a luz			
<input type="checkbox"/> não reativas a luz			
<input type="checkbox"/> Outros?:			

HISTÓRICO CLÍNICO / SITUAÇÃO DO PACIENTE

Paciente consciente, orientado, queixando-se de dor, apresentando edema e suspeita de fratura em MIO. Encaminhado ao H. Otoliauma sem intercorrências.

DESTINO DO PACIENTE

Destino:	Data da Saída:	Hora da Saída:
Hospital Otoliauma		
Motivos / Observações:		

DADOS DA EQUIPE

Assinatura e COREN da Enfermeira (o):	Nome e COREN do Tec. De enfermagem:	Condutor:
Jordana Maria COREN: 435.611	—	Jager

Data da ocorrência:	Hora da ocorrência:	Placa da Unidade Móvel
17/01/2017	14:30	NAG:2452



## CERTIDÃO

Nº. 0254/2017

Atendendo solicitação de ROSINEIDE CARNEIRO DE ARAUJO, de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de atendimento ambulatorial de N°908826, pertencentes ao menor **MIGUEL ARAUJO BATISTA** que foi atendido dia 17/01/2017 às 16h22min, vítima de capotamento, apresentando trauma em perna direita.

Submetido à avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura dos ossos da perna direita. Medicado e liberado.

E para constar eu, Christine Maria Batista de Brito Lyra, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 13 de Fevereiro de 2017



Médica da Vigilância à Saúde  
CRM/PB 3137



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA  
COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA  
RUA AG. FISCAL JOSE COSTA DUARTE, S/N  
58056-100 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980  
FAX: (83) 3214-1001 CNPJ: 10.202.434/0001-28

Ficha Nr: 922601 Atd: Nao Reg  
Data: 17/01/2017  
Hora: 16:22:58  
Recepcionista: ADRIANA DA SILVA  
Clinica: CIRURGICA

DADOS DO PACIENTE

Nome: MIGUEL ARAUJO BATISTA  
CNS: SEM CNS Sexo: M OUTROS: 1640960337200001 Fone: 91851381  
Natural: GURINHEM/PB Data Nasc.: 11/04/2001 Id: 15 ano(s)  
End.: RUA DODOVIA BR, 230  
Bairro: CENTRO Cidade: CAJA UF: PB  
Pai: ANTONIO BATISTA  
Mae: ROSINEIDE CARNEIRO

Num. de vezes atendido: 1  
Num. Prontuario: 2017.01.001479

Ocupação: ESTUDANTE  
INFORMACOES DE ENTRADA  
Resp.: WASHINGTON LUIZ PEREIRA DE OLIVEIRA CHAVES

Tel/Doc. Responsavel: / IDENTIDADE: 2541075  
Procedencia: BAIRRO VILA NOVA CAJA

Transporte utilizado: VEIO DE AMBULANCIA

Vitima de acidente por: CAPOTAMENTO HJ AS 15/30 PROX DA FAZENDA MICHELINE

Vitima de violencia por: NAO

[ ] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco:

PA: FR:  
FC: TP:  
Peso: Altura:  
Glicemia: IMC:  
Circ. Abd: O2%:

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[ ] Aparentemente Bem [ ] Grave  
[ ] Politraumatizado [ ] Convulsao  
[ ] Hemorragia [ ] Dispneia  
[ ] Diarreia [ ] Agitado  
[ ] Regular [ ] Chocado  
[ ] Vomito

Observacao

Queixa Principal

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Diagnostico

Conduta

Prescrição

Horario da medicacao

Frnt. bones da perna  
① Dorsal de ap 100 EV  
② T10 de ap 100 EV  
③ Observação por Ch. Dr. Daniel Braga Cavalcante  
MEDICO CRM 9248 PB

Dr. Igor Nunes de Souza  
Ortopedia e Traumatologia  
TEOT-SBOT-7200  
CRM-PB 5353

Vladimir A. Cousse  
TEOT-SBOT-7200

ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

7ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Vistos, etc.

Nos termos do art. 334<sup>1</sup> do NCPC, agende-se audiência de conciliação/mediação;

Cite(m)-se o(a)(s) requerido(a)(s) e intime(m)-se, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias;

Intime-se o autor para comparecimento, na pessoa de seu advogado – art. 334, § 3º, do NCPC;

Consigne-se que o não comparecimento injustificado das partes à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos moldes do art. 334, § 8º, do NCPC;

<sup>1</sup>Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

Defiro o pedido de justiça gratuita.

JOSÉ CÉLIO DE LACERDA SÁ

Juiz de Direito





Poder Judiciário da Paraíba  
7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

Número	do	Processo:	0829163-82.2018.8.15.2001
Classe:	PROCEDIMENTO	COMUM	(7)
Assunto:	[ACIDENTE	DE	TRÂNSITO]
Polo ativo:	AUTOR: ROSINEIDE	CARNEIRO	DE ARAUJO
Polo passivo:	RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A		

C E R T I D ã O

Certifico que não existe laudo de perito. O referido é verdade e dou fé.

JOÃO PESSOA, 1 de agosto de 2018  
MARIA JANDIRA UGULINO NETA





Vistos, etc.

Considerando a impossibilidade de audiência na mediação por falta de perícia passo a decidir:

Nos termos do **Convênio n. 015/2014** celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Mafre Seguros Gerais S/A, **determino a designação de audiência de conciliação entre as partes com a realização de perícia** a cargo da Seguradora, neste Juízo e Fórum Cível de João Pessoa.

Para tanto, determino a escrivania a nomeação perito judicial constante dos quadrados do Tribunal de Justiça, nos termos da Cláusula primeira, item 1.2, que deverá ser intimado para comparecer a audiência e realização da perícia, ficando facultado às partes a indicação de assistentes de perito, nos termos do Convênio.

O valor da perícia será de R\$ 200,00 (duzentos reais), a ser pago pela Seguradora, no prazo de 15 dias, a partir da intimação e antes da audiência.

Consigne-se que o não comparecimento injustificado das partes à audiência de conciliação é considerando ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revestida em favor da União ou Estado, nos moldes do art. 334, § 8º, do NCPC.

P. e Intimem-se as partes, devendo o Advogado do autor comparecer acompanhado de seu constituinte.

João Pessoa, 25 de setembro de 2018

Juiz de Direito.



## CERTIDÃO

Certifico que Intimei da Perita ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA CRM PB 4183, em cumprimento ao despacho dos autos, fica *designada a pericia para o dia 19/09/2019, a partir das 15:30 horas, Rua : Sílvia Almeida, 725 Expedicionários* (Ponto Cardio), Fone: 83-3225.4090, CEP.: 58041-020, João Pessoa - PB. Aparte deve comparecer a pericia medica, **portando documento pessoal com foto, copia do boletim de ocorrência e do policial e atendimento médico inicial no dia da perícia.** O referido é verdade e dou fé.

Em, 23 /07 /2019.

Técnica Judiciário.

## Intimação

Intimo a parte autora através do seu o advogado para comparecer a pericia médica no dia 19.09.2019, a partir das 15:30 horas, o atendimento será por ordem de chegada, no endereço Rua Sílvia Almeida, 725 Expedicionários(Ponto Cardio), Fone: 83-3225.4090, **portando documento pessoal com foto, copia do boletim de ocorrência e do policial e atendimento médico inicial no dia da perícia.**





Poder Judiciário da Paraíba  
7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

Número do Processo: 0829163-82.2018.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
Polo ativo: AUTOR: ROSINEIDE CARNEIRO DE ARAUJO  
Polo passivo: RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que tendo em vista a impossibilidade de realização de perícias agendadas para o próximo dia 19/09/2019, conforme informação da médica, profissional responsável.

Intimo as partes para comparecimento à nova data de perícia, a realizar-se em 21/11/2019, a partir das 15:00 horas, no endereço *Rua Sílvio Almeida, nº 725 Expedicionários* (Ponto Cardio), Fone: 83-3225.4090, devendo apresentar-se **portando documento pessoal com foto, copiasdo boletim de ocorrência policial e doatendimento médico inicial, no dia da perícia.**

JOÃO PESSOA, 12 de agosto de 2019  
MARIA JANDIRA UGULINO NETA



EXMº. SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL COMARCA DE JOÃO PESSOA

**ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA**, perita médica, vem respeitosamente perante Vossa Excelência comunicar que ante a necessidade de realização de um procedimento cirúrgico desta perita , **solicito o adiamento das perícias médicas relativas aos processos DPVAT anteriormente agendadas para o dia 19/09/2019** , ao tempo em que indico nova data, conforme especificado . Solicito que os autores apresentem-se **portando documento pessoal com foto, cópia do boletim de ocorrência policial e do atendimento médico inicial no dia da perícia.**

Dia : 21/11/2019

As : 15:30 h ( ordem de chegada )

Rua : Silvio Almeida,725 Expedicionários ( Ponto Cardio )

Fone : [83-3225.4090](tel:83-3225.4090)

CEP .: 58041-020

João Pessoa – PB

Agradeço a atenção sempre dispensada





Poder Judiciário da Paraíba  
7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

Número do Processo: 0829163-82.2018.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
Polo ativo: AUTOR: ROSINEIDE CARNEIRO DE ARAUJO  
Polo passivo: RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que tendo em vista a impossibilidade de realização de perícias agendadas para o próximo dia 19/09/2019, conforme informação da médica, profissional responsável.

Intimo as partes para comparecimento à nova data de perícia, a realizar-se em 21/11/2019, a partir das 15:00 horas, no endereço *Rua Sílvio Almeida, nº 725 Expedicionários* (Ponto Cardio), Fone: 83-3225.4090, devendo apresentar-se **portando documento pessoal com foto, copiasdo boletim de ocorrência policial e doatendimento médico inicial, no dia da perícia.**

JOÃO PESSOA, 12 de agosto de 2019  
MARIA JANDIRA UGULINO NETA





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**7ª Vara Cível da Capital**

---

PROCESSO Nº 0829163-82.2018.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: ROSINEIDE CARNEIRO DE ARAUJO  
RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

laudo de pericia médica

7ª Vara Cível da Capital-Pb, 28 de novembro de 2019.

**ADALBERTO SARMENTO DE LIMA SILVA**

Chefe de Cartório



**AVALIAÇÃO MÉDICA  
PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE**

(Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974)

EXAMINADO: MIGUEL ARAÚJO BATISTA

Nome completo: ROSINEIDE CARNEIRO DE ARAÚJO

CPF: 711.191.444-93

**Concordância com a realização da avaliação médica**

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº 0829163-82.2018.8.15.2001, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 7ª Vara Cível ou JEC da Comarca de João Pessoa.

João Pessoa/PB, 21 de Novembro de 2019.

*Rosineide Carneiro de Araújo*  
Assinatura da vítima  
*Miguel Araújo Batista*

**Avaliação Médica**

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(regiões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

Membro Inferior Direito.

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Fratura de osso da perna direita - Tratamento cirúrgico. Realizou sessões de fisioterapia.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

*Rosineide Carneiro de Araújo*  
Assinatura da vítima  
*Miguel Araújo Batista*







**PROCESSO Nº 0829163-82.2018.8.15.2001**

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
- b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

*Limite de amplitude dos movimentos do tornozelo direito. Deficit de força motora no membro inferior direito. Desconforto a deambulação prolongada.*

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

**Segmento anatômico**

**Marque aqui o percentual**

1º Lesão

*Membro inferior*

☐ 10% Residual

☒ 25% Leve

☐ 50% Média

☐ 75% Intensa

2º Lesão

*direito*

☐ 10% Residual

☐ 25% Leve

☐ 50% Média

☐ 75% Intensa

3º Lesão

☐ 10% Residual

☐ 25% Leve

☐ 50% Média

☐ 75% Intensa

4º Lesão

☐ 10% Residual

☐ 25% Leve

☐ 50% Média

☐ 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

*Nega trauma previo em membro inferior direito!*

Local e data da realização do exame médico:

João Pessoa/PB, 21 de Novembro de 2019

Assinatura do médico CRM

Rosana Bezerra Duarte de Paiva CRM-PB 4183







**Poder Judiciário da Paraíba**

**7ª Vara Cível da Capital**

**AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520**

---

**0829163-82.2018.8.15.2001 [ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

---

**ATO ORDINATÓRIO**

De acordo com o art.93 inciso XIV<sup>1</sup>, da Constituição Federal,e nos termos do art. 152 inciso VI,§1º do CPC<sup>2</sup> , bem assim o art. 203 § 4º do CPC<sup>3</sup> , que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, c/c o provimento CGJ nº 04/2014, publicado em 01/08/2014, e da portaria 01/2015 da 7ª Vara Cível, procedo com:

Cite-se para contestar no prazo de 15 dias.

Intimo a seguradora para no termo do convênio nº 015/2014, fazer o depósito no valor da perícia que será de R\$ 200,00 (duzentos reais), no prazo de 15 dias, a partir da intimação.

João Pessoa-PB, em 10 de dezembro de 2019

**MARIA JANDIRA UGULINO NETA**

**Analista/Técnico Judiciário**

---

<sup>1</sup> Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

XIV os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

<sup>2</sup> Art. 152. Incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria: VI - praticar, de ofício, os atos meramente ordinatórios. § 1º O juiz titular editará ato a fim de regulamentar a atribuição prevista no inciso VI.

<sup>3</sup> Art. 203. Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. § 4º Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário





Poder Judiciário da Paraíba  
7ª Vara Cível da Capital  
Comarca de JOÃO PESSOA

---

Processo nº 0829163-82.2018.8.15.2001

**DESTINATÁRIO(A):** BRADESCO SEGUROS S/A

PQ SOLON DE LUCENA, 641, - , CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-131

---

**REMETENTE:**

UNIDADE JUDICIÁRIA: 7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, -, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

Processo nº 0829163-82.2018.8.15.2001

AUTOR: ROSINEIDE CARNEIRO DE ARAUJO

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 7ª Vara Cível da Capital, fica Vossa Senhoria devidamente **CITADO(A)** para contestar no prazo de 15 dias, por todos os atos do processo acima mencionado, e intimado para comparecer neste juízo, no endereço supra



Intimo a seguradora para no termo do convênio nº 015/2014, fazer o depósito no valor da perícia que será de R\$ 200,00 (duzentos reais), no prazo de 15 dias, a partir da intimação.

JOÃO PESSOA, 10 de dezembro de 2019

De ordem, ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ E DOCUMENTOS DO PROCESSO ACIMA MENCIONADO ACESSE O LINK:  
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

**Documentos associados ao processo**

<b>Título</b>	<b>Tipo</b>	<b>Chave de acesso**</b>
Petição Inicial	Petição Inicial	18060715033621600000014347798
MIGUEL ARAUJO BATISTA	Outros Documentos	18060715030655600000014347834
MIGUEL ARAUJO BATISTA1	Outros Documentos	18060715031932800000014347843
Despacho	Despacho	18060808490105700000014354352
Certidão	Certidão	18080113511694800000015287720
Despacho	Despacho	18092615195250400000016368578
Expediente	Expediente	19072315481434000000022238252
Certidão	Certidão	19081216093994200000022712880
Requerimento 21-11-19 Copy	Outros Documentos	19081216094244700000022712895
Expediente	Expediente	19081216093994200000022712880
Certidão	Certidão	19112814225346400000025709290
laudo dr Rosana - 0829163-82.2018	Laudo Pericial	19112814225638900000025709296
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	19121016594210000000026013312





Poder Judiciário da Paraíba  
7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**Número do Processo:** 0829163-82.2018.8.15.2001  
**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**Assunto:** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
**Polo ativo:** AUTOR: ROSINEIDE CARNEIRO DE ARAUJO  
**Polo passivo:** RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

### CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

JOÃO PESSOA, 9 de janeiro de 2020  
ROGERIO FELICIANO DA SILVA



Successfully created



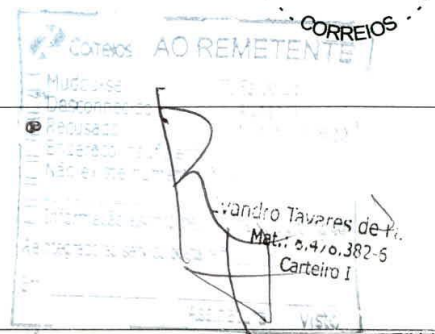
Poder Judiciário da Paraíba  
7ª Vara Cível da Capital  
Comarca de JOÃO PESSOA

Processo nº 0829163-82.2018.8.15.2001

DESTINATÁRIO(A): BRADESCO SEGUROS S/A  
PQ SOLON DE LUCENA, 641, -, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-131



JU 36893406 6 BR



ÁREA DE COLA NO VERSO)	 <b>AVISO DE RECEBIMENTO</b>		<b>AR</b>		DATA DE POSTAGEM
	DESTINATÁRIO MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A PARQUE SOLON DE LUCENA 641 CENTRO 58013-131 - JC				UNIDADE DE POSTAGEM
	JU 36893406 6 BR				CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA
	(CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)				
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARAIBA 7ª VARA CÍVEL 4º ANDAR AVENIDA JOÃO MACHADO S/N CENTRO 58013520 - JOÃO PESSOA - PB				
TENTATIVAS DE ENTREGA		OBSERVAÇÃO			
1ª _____ h 2ª _____ h 3ª _____ h		Processo nº 0829163-82.2018.8.15.2001 citação			
		MOTIVO DE DEVOLUÇÃO		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO	
		1 Mudou-se      5 Recusado 2 Endereço insuficiente      6 Não procurado 3 Não existe o número      7 Ausente 4 Desconhecido      8 Falecido 9 Outros			
ASSINATURA DO RECEBEDOR		DATA DE ENTREGA			
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR		Nº DOC. DE IDENTIDADE			







Poder Judiciário da Paraíba  
7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

Número do Processo: 0829163-82.2018.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
Polo ativo: AUTOR: ROSINEIDE CARNEIRO DE ARAUJO  
Polo passivo: RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

### CERTIDÃO

Certifico que ocorreu um equívoco no nome do destinatário do Aviso de Recebimento (AR), apesar do destinatário da carta esta correta, renovo a cata de citação.

JOÃO PESSOA, 9 de janeiro de 2020  
MARIA JANDIRA UGULINO NETA





Poder Judiciário da Paraíba  
7ª Vara Cível da Capital  
Comarca de JOÃO PESSOA

---

Processo nº 0829163-82.2018.8.15.2001

**DESTINATÁRIO(A):** BRADESCO SEGUROS S/A

PQ SOLON DE LUCENA, 641, - lado ímpar, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-131

---

**REMETENTE:**

UNIDADE JUDICIÁRIA: 7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

Processo nº 0829163-82.2018.8.15.2001

AUTOR: ROSINEIDE CARNEIRO DE ARAUJO

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 7ª Vara Cível da Capital, fica Vossa Senhoria devidamente **CITADO(A) para contestar no prazo de 15 dias**, por todos os atos do processo acima mencionado, e intimado para comparecer neste juízo, no endereço supra



Intimo a seguradora para no termo do convênio nº 015/2014, fazer o depósito no valor da perícia que será de R\$ 200,00 (duzentos reais), no prazo de 15 dias, a partir da intimação.

JOÃO PESSOA, 9 de janeiro de 2020

De ordem, ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ E DOCUMENTOS DO PROCESSO ACIMA MENCIONADO ACESSE O LINK:  
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

**Documentos associados ao processo**

<b>Título</b>	<b>Tipo</b>	<b>Chave de acesso**</b>
Petição Inicial	Petição Inicial	18060715033621600000014347798
MIGUEL ARAUJO BATISTA	Outros Documentos	18060715030655600000014347834
MIGUEL ARAUJO BATISTA1	Outros Documentos	18060715031932800000014347843
Despacho	Despacho	18060808490105700000014354352
Certidão	Certidão	18080113511694800000015287720
Despacho	Despacho	18092615195250400000016368578
Expediente	Expediente	19072315481434000000022238252
Certidão	Certidão	19081216093994200000022712880
Requerimento 21-11-19 Copy	Outros Documentos	19081216094244700000022712895
Expediente	Expediente	19081216093994200000022712880
Certidão	Certidão	19112814225346400000025709290
laudo dr Rosana - 0829163-82.2018	Laudo Pericial	19112814225638900000025709296
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	19121016594210000000026013312
Carta	Carta	19121017055763700000026013693
Certidão	Certidão	20010915253003800000026415589
Envelope 0829163-82.2018.8.15.2001	Aviso de Recebimento	20010915253249000000026415591





Poder Judiciário da Paraíba  
7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**Número do Processo:** 0829163-82.2018.8.15.2001  
**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**Assunto:** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
**Polo ativo:** AUTOR: ROSINEIDE CARNEIRO DE ARAUJO  
**Polo passivo:** RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

### **CERTIDÃO**

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

JOÃO PESSOA, 17 de janeiro de 2020  
ROGERIO FELICIANO DA SILVA





AVISO DE  
RECEBIMENTO

AR

DATA DE POSTAGEM

DESTINATÁRIO  
BRADESCO SEGUROS S/A  
PARQUE SOLON DE LUCENA 641  
CENTRO  
58013-131 - JOÃO PES

JU 36889054 1

AC. BENTRAL

(CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARAÍBA  
7ª VARA CÍVEL 4º ANDAR  
AVENIDA JOÃO MACHADO S/N  
CENTRO  
58013520 - JOÃO PESSOA - PB

13 JAN 2020

UNIDADE DE POSTAGEM

CARIMBO  
UNIDADE DE ENTREGA

34 JAN 2020

PB

TENTATIVAS DE ENTREGA

OBSERVAÇÃO

Processo nº 0829163-82.2018.8.15.2001 citação

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- |                                                  |                                          |
|--------------------------------------------------|------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se              | <input type="checkbox"/> 5 Recusado      |
| <input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número   | <input type="checkbox"/> 7 Ausente       |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido          | <input type="checkbox"/> 8 Falecido      |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros                |                                          |

RUBRICA E MATRÍCULA DO  
CARTEIRO

Evandro Tavoras de Fa  
Mat. 4.475.382-6  
Carteiro I

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Mozart Costa

DATA DE ENTREGA

04/10/2020

LEGÍVEL DO RECEBEDOR

N° DOC. DE IDENTIDADE



Assinado eletronicamente por: ROGERIO FELICIANO DA SILVA - 17/01/2020 10:03:02

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011710030235100000026555217>

Número do documento: 20011710030235100000026555217